

Artigo

Crise permanente e a metapolítica das plataformas: preempção, radicalização, aceleração

Leticia Cesarino¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina
leticia.cesarino@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0001-7360-0320>

Resumo

O artigo aborda a participação de agentes tecnológicos em problemas sistêmicos que vêm corroendo o ambiente democrático no Brasil, EUA e alhures, recolocando-a em termos metapolíticos, ou seja, de como as grandes plataformas digitais se colocam como “alternativas totais” ao sistema democrático. O argumento é desenvolvido com foco na temporalidade sócio-técnica, mais precisamente, em como a plataformização da vida aprisiona nossas democracias em conjunturas paradoxais de crise e liminaridade permanentes. Com base na ecologia da mente de Gregory Bateson, o artigo desenvolve duas dimensões deste processo, através de exemplos empíricos à direita do espectro político: a lógica operativa da preempção e radicalização, no caso dos públicos extremos do bolsonarismo; e a preparação e aceleração ao fim do mundo, no caso das ideologias neoreacionárias da indústria tech estadunidense.

Palavras-chave: preempção; aceleração; neoreacionarismo; bolsonarismo

Permanent crisis and the metapolitics of platforms: preemption, radicalization, acceleration

Abstract

The article addresses the participation of technological agents in systemic problems that have been eroding the democratic environment in Brazil, the US, and elsewhere, reframing it in metapolitical terms, that is, how platforms position themselves as total alternatives to the democratic system. The argument is developed with a focus on socio-technical temporality, more precisely, on how the platformization of life locks our democracies in paradoxical situations of permanent crisis and liminality. Based on Gregory Bateson's ecology of mind, the article develops two dimensions of this process through distinct empirical examples: the operative logic of preemption, in the case of the extreme publics of Bolsonaroism; and the acceleration toward the end of the world, in the case of the neo-reactionary movement in Silicon Valley.

Keywords: preemption; acceleration; neoreactionism; bolsonarism

1. Introdução

Na última década, se avolumaram os debates públicos e acadêmicos sobre a participação de agentes tecnológicos, como algoritmos e plataformas, na emergência de problemas sistêmicos que vêm corroendo o ambiente democrático no Brasil e em outros lugares, e que têm recebido rótulos variados como pós-verdade, populismos, conspiracionismos, radicalização, polarização e afins. Na literatura interdisciplinar sobre esses temas, perspectivas no campo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) vêm sendo empregadas com cada vez mais frequência para lançar luz sobre o papel de agentes não-humanos nesses processos, através de teorias da co-produção, redes sócio-técnicas, tecnopolítica e *affordances* (Theocharis et al., 2021; Chun, 2021; Cesarino, 2022).

A tecnopolítica das máquinas cibernéticas apresenta peculiaridades com relação aos casos clássicos abordados em etnografias de laboratório, histórias da tecnologia e outras análises clássicas no campo CTS (Latour e Woolgar, 1997; Winner, 2017; Kuhn, 2020). Estas são projetadas para mimetizar o comportamento e o processo decisório humanos naquela camada existencial que compartilhamos com outros animais (Wiener, 2017). O fato de serem cibernéticas significa que sua relação com os usuários é recursiva, ou seja, operada por causalidades circulares ou alças de retroalimentação (*feedback loops*) (Hui, 2020). Mais que um processo de co-produção para o qual contribuem agentes tecnológicos e agentes humanos, a recursividade implica que o próprio elemento humano vai sendo transformado na medida em que sua relação com os algoritmos se torna cada vez mais, nos termos de Hine (Hine, 2020), *embedded*, *embodied* e *everyday* - ou seja, capilarizada, corporificada e cotidiana.

Desde o advento da cibernética durante a Segunda Guerra Mundial, tornou-se comum visualizar as relações humano-máquina através da figura do ciborgue (uma derivação de *cybernetic organism*): organismos individuais que têm partes das suas funções fisiológicas e cognitivas suplementadas por máquinas. Inicialmente prefigurados na corrida espacial da Guerra Fria como formas de humanos sobreviverem em ambientes fora da Terra, os ciborgues passaram a habitar o imaginário da ficção científica em gêneros de nicho como os romances *cyberpunk* de William Gibson, se massificando em produções hollywoodianas como *Robocop* ou, em sua forma androide, *Exterminador do Futuro* e *Blade Runner*.

Na medida em que máquinas cibernéticas reais foram se capilarizando no tecido social, a cibernética tomou uma forma diferente, e bem mais banal, do que as figuras *sci-fi* sugeriam. Os ciborgues da vida real somos eu, você, qualquer usuário que dependa de dispositivos digitais como smartphones e aplicativos para funções básicas de memória e tomada de decisão. Na última década e meia, viemos delegando cada vez mais para os algoritmos nossas decisões sobre consumo, trabalho, socialização, política, deslocamento físico, alimentação, lazer, criação de filhos, religião e espiritualidade e, mesmo as práticas mais íntimas, como relacionamentos afetivos, sexualidade, questionamentos existenciais e cuidados com a saúde, inclusive mental. Hoje, não há praticamente domínio da existência humana que não seja mediado ou mediável por algoritmos, e portanto pela lógica econômica que subjaz essas infraestruturas (Zuboff, 2021).

Nessa conjuntura, cabe recuperar, e recolocar em outros termos, a questão clássica do campo de estudos CTS sobre se os artefatos técnicos têm política (Winner, 2017). Na medida em que a algoritmização perpassa todo o conjunto das atividades humanas, ela assume um caráter “holístico” ou, em outros termos, metapolítico (Cesarino, 2024a). A tecnologia passa

a constituir a infraestrutura não apenas técnica, mas existencial, dos usuários humanos. No caso da atual crise da democracia, essa metapolítica diz respeito às próprias mediações que constituem e propiciam as bases objetivas e subjetivas do Estado democrático de direito: uma disputa não pelas partes, mas pelo todo. Olhar para as plataformas como não tendo uma política, mas uma metapolítica, também significa vê-las como uma ameaça existencial, na medida em que não apenas ajudam a corroer as infraestruturas pelas quais nossas democracias operavam desde ao menos o pós-guerra, mas as substituem enquanto alternativas totais, ensejando inclusive novas formas de conceber e exercer soberania (Chun, 2011; Bratton, 2016).

Em outra ocasião (Cesarino, 2022), eu havia sugerido que os efeitos perniciosos da platformização sobre a democracia poderiam até ser não-intencionais, no sentido do propósito humano, mas se colocavam como inevitáveis diante da genealogia da indústria tech e da própria cibernética no complexo industrial-militar dos EUA e em seu esforço bélico permanente, ainda que “frio”, a partir da Segunda Guerra (Galison, 1997). Nesse sentido, eu havia argumentado que, independente do que diziam ou pretendiam os CEOs, fundadores, desenvolvedores e demais agentes humanos da indústria tech, a própria infraestrutura das plataformas tinha uma política embutida no seu design técnico, e essa política *é de extrema direita*. Assim, não é que lideranças e militantes antidemocráticos haviam sido mais hábeis na apropriação das mídias digitais para seus fins políticos. Os próprios ambientes platformizados e as empresas que os operam sempre constituíram *alternativas totais à democracia*.

Passados alguns anos desde as primeiras eleições de Trump e Bolsonaro, essa metapolítica antidemocrática se tornou mais explícita e ideologicamente justificada. Entre os marcos desse novo ciclo, podemos destacar dois: o advento da Inteligência Artificial, em especial a popularização dos modelos de IA generativa (genAI) a partir de 2023, e a eleição de Donald Trump para um segundo mandato. O alinhamento da maior parte das grandes empresas do Vale do Silício com a extrema direita estadunidense entre as eleições de novembro de 2024 e a posse de Trump em janeiro de 2025 não foi uma conversão política repentina. Foi, antes, um *reencontro entre a essência e a aparência* do capitalismo platformizado, que se manifestou na estética da radicalização pessoal de fundadores icônicos como Mark Zuckerberg e Elon Musk. Antes, os esforços dos setores de relações públicas das empresas asseguravam que estavam fazendo todo o possível contra a desinformação, os ataques à democracia e o discurso de ódio. Publicamente, se colocavam favoravelmente à regulamentação de suas atividades enquanto, nos bastidores, avançavam lobbies sobre congressistas e agentes públicos para barrar esses esforços, inclusive no Brasil. A partir de 2025, quando a corrida global pela nova fronteira tecnológica das IAs avança a passos largos, elas não precisam mais fingir.

A forma tão rápida e suave como esse realinhamento ocorreu nos leva a repensar a premissão weberiana de não-intencionalidade dos problemas estruturais que as plataformas colocam à democracia (Cesarino, 2022). Longe de serem efeitos não intencionais da ação, hoje eles parecem refletir a própria ideologia política de muitos fundadores e altos executivos da indústria, que encontra sua forma mais acabada no movimento aceleracionista conhecido como neoreacionarismo, ou NRx (Smith e Burrows, 2021). Este artigo busca lançar luz sobre esse reencontro entre essência e aparência na indústria tech através de um foco analítico no problema da temporalidade. No que segue, argumento que a metapolítica antidemocrática das atuais máquinas cibernéticas avança através de processos de aceleração que aprofundam a captura dos sistemas sócio-técnicos num estado paradoxal de crise permanente, involução e bloqueio de alternativas.

Essa conjuntura apresenta grandes desafios às ferramentas teóricas convencionais das ciências sociais, boa parte das quais não foram forjadas para a compreensão de estados paradoxais de crise permanente como o que vivemos hoje. Aquela autoriza, portanto, experimentações com aportes epistemológicos capazes de lançar uma luz nova sobre a dinâmica sistêmica específica do social de crise em seus próprios termos, e não como exceção ao social “normal”. Considero o paradigma cibernético da ecologia da mente de Gregory Bateson (2025) como base promissora para esse esforço analítico (Cesarino, 2022, 2024b). No que segue, operacionalizo algumas das premissas e conceitos ecológicos para evidenciar dimensões cruciais do social de crise que, sugiro, orientam o pensamento e ação dos agentes na atual aliança metapolítica entre indústria tech e forças antidemocráticas no Brasil e nos EUA.

Este argumento será desdobrado em dois passos, que enfocam dimensões complementares do social de crise através de manifestações empíricas recentes. A primeira diz respeito ao que Massumi (2015) chamou de preempção, uma lógica epistêmica baseada em “fatos afetivos” pela qual os sujeitos agem e tomam decisões respondendo a um ambiente que experienciam como instável e ameaçador. Tomo como exemplo o modo como o bolsonarismo sustentou esse tipo de atmosfera através da gestão afetiva de realidades invertidas, redundando em trajetórias radicalizadas de violência offline. A última seção se volta para a dimensão do colapso e da aceleração ao fim do mundo, através de uma análise do movimento neoreacionário na indústria de tecnologia e seu alinhamento com o trumpismo.

2. Crise permanente, preempção e radicalização

Na esteira dos atentados às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, o tema da guerra ao terror e dos aparatos de vigilância construídos a partir de então tornou-se foco da atenção pública e acadêmica, ensejando as reflexões de Massumi (2015) sobre a lógica preemptiva que abordarei aqui. A própria genealogia das plataformas também teve nessa conjuntura uma inflexão central. Zuboff (2021) demarca o 11 de setembro, junto com a crise *dot-com* no ano 2000, como origens do que chamou de capitalismo de vigilância (*surveillance capitalism*). Nesse momento, a Google reinventou o modelo de negócios da indústria ao redirecionar os rastros digitais deixados pelos usuários no seu buscador como insumos para orientar o direcionamento de anúncios. Nascia assim a versão digital da economia da atenção (Wu, 2016), baseada na captura, direcionamento e venda da atenção dos usuários para anunciantes através de meios algorítmicos.

A infraestrutura técnica adaptada a esse modelo de negócios - e a visão instrumental dos usuários humanos abraçada pela indústria - exige um engajamento ininterrupto desses últimos nos dispositivos digitais. A maximização do tempo de tela é a base da economia de dados e da atenção das plataformas, algo que deve se aprofundar com a sede inesgotável de dados das IAs. Como demonstrou Chun (2016), os algoritmos geram o tipo de heteronomia¹ ou adição leve que é a base do tempo de tela “hackeando” os mecanismos de produção de hábito dos usuários através da aceleração temporal. O resultado é um ambiente paradoxal de crise permanente, marcado pelo que, na antropologia da técnica, chamariamos de involução (Cesarino, 2022).

¹ Oposto da autonomia, a heteronomia envolve a delegação de decisões do indivíduo para o ambiente (multidões, líderes etc) - uma característica típica do social liminar ou de crise (Turner, 2013; Cesarino, 2020).

A involução se associa a conjunturas de aceleração temporal na qual os agentes deixam de evoluir em trajetórias incrementais de aprendizagem na relação com seu ambiente (*enskillment*, adaptação, etc). Ao invés disso, eles involuem, reproduzindo e recombinaando os mesmos padrões simbólicos e comportamentais que já existem, sem criatividade ou prosperidade reais (Goldenweiser, 1936). Trata-se de uma situação paradoxal de estagnação acelerada, onde os agentes precisam fazer cada vez mais apenas para ficarem no mesmo lugar - ou, nos termos de Chun (2016), se atualizar para continuarem os mesmos.

Nos termos da ecologia da mente, podemos levantar a hipótese de que a aceleração temporal impede que os usuários aprendam (ou evoluam) para além do tipo de aprendizagem por tentativa-e-erro que Bateson (2025) chamou de Aprendizagem nível 1 - aquela que organismos vivos compartilham com algoritmos. Fica assim prejudicada a consolidação do “caráter” do sujeito, que só é alcançada pela Aprendizagem nível 2, ou deuteroaprendizagem (“aprender a aprender”). Essa situação pode estar por trás de patologias da “mente ciborgue estendida” que se manifestam na forma de sintomas semelhantes aos dos pacientes esquizofrênicos estudados por Bateson e a Escola de Palo Alto (Chaney, 2017), notadamente a proliferação de mundos de fantasia que são tomados por realidade.

Outras implicações ecológicas desse tipo de involução sócio-técnica podem ser pensadas através de analogias com situações naturais de crise ambiental, ou seja, quando há um desalinhamento progressivo entre agente (indivíduos, populações) e o ambiente que constitui o seu território existencial.² Nos estudos de novas mídias, essa situação tem sido descrita através do modo como as plataformas ensejam “colapsos de contextos” (Marwick e Boyd, 2011) que desorganizam o modo como diferentes audiências eram estruturadas no mundo pré-digital. Uma leitura ecológica do conceito destacaria como o social é lançado numa situação de liminaridade (Turner, 2013) que ativa formas de reorganizar cognição, afetos e socialidade diferentes das que operam em contextos de normalidade/estabilidade (Cesarino, 2020, 2024b). A perpetuação da crise enseja como solução sistêmica possível a bifurcação do território existencial em novos “todos”, com a separação (*schism*) daquela população e sua readaptação a novos ambientes (Cesarino, 2022).

Nos ambientes das plataformas, essa tendência à bifurcação provocada pela hiper-aceleração é ainda agravada pela forma como os algoritmos realizam a distribuição espacial dos usuários, com base na chamada homofilia algorítmica (Chun, 2021). Ou seja, por razões de modelos de negócios, os algoritmos são programados com um viés que privilegia a *clusterização* ou agregação de comportamentos similares ou adjacentes, com sua consequente separação com relação ao diferente e ao aleatório. Na medida em que esses algoritmos vão se retroalimentando com usuários humanos em estado de multidão de um lado, e com influenciadores e lideranças de viés antidemocrático de outro (DiResta, 2024), o que era uma segmentação de públicos para propósitos econômicos se torna uma bifurcação antagonística de mundos baseada no código amigo-inimigo (Cesarino, 2022). É esta bifurcação que a literatura recente tem buscado rotular através de conceitos como populismo (Laclau, 2013), polarização afetiva (Iyengar et al., 2019) ou calcificação política (Nunes e Traumann, 2023).

2 A unidade relevante na ecologia da mente não é nem o indivíduo, nem a espécie, mas “o sistema mais amplo ou “poder” dentro do qual vive a criatura” (Bateson, 2025, p. 440).

Em sistemas ecológicos, a conjuntura liminar pode se desdobrar em ao menos três cenários. Feedbacks negativos podem contrabalançar o escalamento cismogênico³ e arrefecê-lo, levando o sistema ao reequilíbrio e consequente retorno à estabilidade em bases similares às aquelas que preexistiam à crise. Alternativamente, a cismogênese pode escalar até um clímax e chegar à já mencionada cizânia, com a divisão do “todo” em dois ou mais novos territórios existenciais, com sua readaptação a novos ambientes. Finalmente, se nenhuma das soluções é alcançada, ocorre o colapso progressivo daquele território existencial, ou população-mais-ambiente (Bateson, 2025) - levando, por exemplo, à extinção ou absorção da espécie por outras.

A transposição desses cenários de crise sistêmica para os ambientes digitais lança luz sobre a atmosfera de ameaça iminente e permanente que caracteriza os públicos da extrema direita no Brasil e em outros lugares (Reinhardt e Cesarino, 2024). A conjuntura liminar de perigo (Douglas, 2010) deve durar apenas até que a crise se resolva. Porém, como vimos, a plataformização propicia ambientes onde a resolução da crise se torna estruturalmente impossível - seja pela via do arrefecimento da tensão cismogênica (pois esta é continuamente encorajada na economia da atenção), seja pela via da bifurcação de fato (pois a cizânia fica limitada ao “círculo mágico” dos ambientes digitais).⁴ Resta, assim, o horizonte do colapso progressivo - que, como argumentamos aqui, é o horizonte e a forma de vivenciar a temporalidade predominante nos públicos da extrema direita.

É a partir desse contexto paradoxal de crise permanente onde as saídas estão bloqueadas, equivalente ao que Bateson (2025) chamou de duplo vínculo, que podemos entender a relevância contemporânea do que Massumi (2015) descreveu como a “lógica operativa” da preempção. Diferente da prevenção, que opera via causa-e-efeito num mundo reconhecido como objetivo e potencialmente previsível, a preempção responde ao social de crise: ela opera de modo não-linear numa atmosfera em que a ameaça é certa e onipresente, mas sua materialização no futuro é incerta e condicional, exigindo ações não preventivas, mas preemptivas. Assim, por exemplo, a guerra no Iraque durante o governo de George W. Bush estava justificada não porque se sabia que Saddam Hussein *tinha* armas de destruição em massa, mas porque *se ele as desenvolvessem*, certamente as teriam utilizado contra o Ocidente.

Na lógica operativa da preempção, ameaças passam de exceção a parte constitutiva da atmosfera política, fazendo com que “o ambiente ameaçador [seja] inflado até coincidir com o mundo da vida” (Massumi, 2025, p. 163). Longe de se limitar à política eleitoral como uma esfera social específica, as ameaças – provindas da corrupção, do crime, da imigração, da violação de crianças - assumem um caráter existencial: moral, religioso-espiritual e até cósmico. Lideranças políticas passam a mobilizar suas bases e governar por meios do controle de afetos, em especial pela gestão do medo de perigos que *ainda não existem* - mas que certamente se tornarão a regra se o inimigo vencer. Trata-se de um tipo de causalidade condicional: *condiciona* o campo de ação dos sujeitos, eventualmente produzindo a própria realidade a que ela remete - o que Massumi (2015) chamou de ontopoder (*ontopower*). Com o advento das plata-

3 Cismogênese é a diferenciação progressiva entre duas partes através de feedback positivo (reforço do comportamento em curso), onde a reação de uma à reação de outra gera um escalamento da oposição que, se não contido, leva a uma cizânia ou divisão (*schism*).

4 O “círculo mágico” (Huizinga, 2024) demarca o espaço do play (jogo, brincadeira, encenação, ritual, dramatização, apostas e comportamentos afins) onde é permitida a performance de normas ficcionais que não valem para a vida quotidiana.

formas, que operam numa lógica temporal, causal e afetiva bem parecida, esse ontopoder foi invadindo os domínios doméstico e privado, e se tornando coetânea à própria condição da chamada de “pós-verdade” (p. 162).

Portanto, conjunturas liminares de crise permanente ensejam outra forma de apreensão de fatos e evidências, que Massumi (2015) chamou de “fato afetivo”. Como remete a eventos que ainda não aconteceram, o fato afetivo só pode ser “sentido” como real. Além disso, ele é auto-validante: “mesmo que uma ameaça não se concretize num perigo real, ela sempre poderia tê-lo feito, portanto a ação preemptiva sempre terá sido correta” (p. 191). Essa lógica converge fortemente com a dos públicos conspiratórios, onde todas as causalidades remetem em última instância a um inimigo oculto que atua nas sombras, e com as próprias lógicas algorítmicas e de Inteligência Artificial características da economia da atenção (Cesarino, 2024; Massumi, 2025).

A noção de fato afetivo ajuda, portanto, a explicar a normalização progressiva da desinformação por amplos segmentos do senso comum. Nas atmosferas preemptivas que as plataformas ensejam, a veracidade não está no evento ou no fato objetivo em si, mas no enquadre afetivo pelo qual eles são assimilados pelos usuários. Assim, por exemplo, se alguém compartilha uma informação sobre um político inimigo e ela é desmascarada como falsa, isso não altera o enquadre: *essa* informação pode até não ser verdade, mas *poderia* ser, pois temos a certeza de que ele é corrupto, etc. Por isso, esses públicos são inerentemente impermeáveis a *fact-checking* ou qualquer outra tentativa de contraposição baseada em lógicas operativas alheias à ontologia do social de crise.

A lógica preemptiva não se limita à mente dos sujeitos individuais, mas se espalha pela ampla mente transindividual ensejada pela plataformização, que Papacharissi (2014) chamou de “públicos afetivos”. Assim como com outros mamíferos sociais, o humano em estado preemptivo tende a se linearizar num social de multidão, onde os “ângulos da individualidade se atenuam mutuamente” (Cesarino, 2022, p. 103) em favor de uma forma transindividual. Essa multidão se organiza atencionalmente (e hoje, algorítmicamente) em torno de um referente comum: um indivíduo carismático que pode ser um político (no caso do populismo), uma celebridade (no caso de uma *fan base*), ou um híbrido de ambos, como no bolsonarismo, no trumpismo e demais iterações do que chamei de “corpo digital do rei” (Cesarino, 2019).

A análise longitudinal da conspiração golpista no Brasil entre 2021 e 2023 demonstra com precisão o modo como a lógica preemptiva veio a ocupar o território existencial dos bolsonaristas como um todo, notadamente os seguidores mais radicalizados que passaram dos públicos digitais extremos à ocupação de ruas, estradas e frente de quartéis. Como o Procurador Geral da República (PGR) argumentou na denúncia do julgamento do golpe, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) cancelou as condenações ao ex-presidente Lula em março de 2021 consolidou-se no bolsonarismo o entendimento de que estava em curso uma conspiração golpista da “esquerda” para impedir a reeleição de Jair Bolsonaro em 2022. Com efeito, a tese do PGR é respaldada por nossos dados de pesquisa (Nascimento et al., 2021): em meados de 2021, as teorias da conspiração em torno da COVID-19 que predominavam até então se arrefeceram, rapidamente dando lugar à ascensão de novas ondas conspiratórias, agora de base eleitoral.

A partir desse momento, tudo o que aconteceu foi orientado pela lógica preemptiva de impedir a concretização da ameaça: o que vimos como uma tentativa de golpe era, para

eles, um contragolpe. No mesmo sentido, os bolsonaristas se viam como defendendo, e não atacando, a democracia. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não era o guardião dos votos dos brasileiros, mas seu sequestrador. No dia da eleição, os bloqueios da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas regiões lulistas foram necessários para impedir compra de votos e votos de cabresto pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em suma, os fatos afetivos cultivados no “círculo mágico” dos ambientes digitais bolsonaristas passaram a pautar o pensamento e ação de milhares de brasileiros, fazendo com que os públicos digitais mais radicalizados no WhatsApp, Telegram e outras plataformas se materializasse em acampamentos liminares no mundo offline (Odilla, 2025).

Os discursos golpistas acalorados do então presidente nas manifestações pró-governo em 7 de setembro de 2021 foram o gatilho de um processo de escalamento cismogênico que só foi se aprofundando ao longo dos meses seguintes. Era uma cismogênese controlada, avançada de modo gradual no ritmo dos ciclos cibernéticos de avanços e recuos característico da forma como a extrema direita produz realidades, gradualmente forçando as fronteiras do pensável e do possível nas democracias (Cesarino, 2022). A recursividade entre multidões online e offline através de protestos, motociatas, acampamentos e bloqueios de estradas; a descredibilização de pesquisas de intenção de voto e sua substituição pelo “Data Povo”⁵; e os ataques incessantes à credibilidade das urnas eletrônicas acabaram por transformar a atmosfera preemptiva de ameaça numa situação mais radicalizada de guerra existencial que, eventualmente, resvalou para eventos extremos offline como o 8 de janeiro de 2023.

O caso em tela mostra como, numa conjuntura em que as plataformas catapultaram forças políticas extremistas das margens para o centro do sistema democrático, a preempção vai deixando de ser apenas uma lógica de gestão afetiva de populações (como nos governos de George W. Bush analisados por Massumi [2015]) para se transmutar em comunidades progressivamente radicalizadas dispostas a atuar de forma violenta para impedir a concretização de uma ameaça que elas sentem ser cada vez mais iminente. Essa violência deixa de ser veiculada apenas de forma discursiva dentro de ambientes online, passando cada vez mais ao ato de violência física offline.

O cruzamento do limiar entre violência discursiva e física condiz com o aprofundamento da trajetória de radicalização segundo os modelos baseados em topologias do tipo “funil” (Coensel, 2018). A destruição da sede dos três poderes em 8 de janeiro de 2023 seria um exemplo desse limiar. Já o atentado suicida do bolsonarista Tiu França contra o STF em novembro de 2024 representa o tipo de culminação mais trágica dessas trajetórias, em que o sujeito, além de executar (ou tentar) atos de violência contra outros, também o faz contra si mesmo. É como se, na conjuntura de ameaça iminente e bloqueio de saídas examinada acima, o sujeito abdicasse de qualquer esperança de superar a crise (ao menos neste plano de existência), entrando, nos termos da cibernética, em *runaway*.⁶ Numa situação experimentada como de guerra de fato, o sujeito completa a inversão entre fato e fantasia, atuando, nos termos de Bateson (2025), segundo a metáfora que é “‘levada a sério’: a bandeira que os homens morreriam para salvar” (p. 257). Esse tipo de deriva suicidária

5 O termo Data Povo, um contraponto ao Data Folha e demais institutos de pesquisa de opinião, levava em conta métricas alternativas, e altamente manipuláveis, como tamanho das multidões offline, engajamento em redes sociais, enquetes etc.

6 Runaway é uma situação em que o sistema perde seu eixo de equilíbrio e entra em comportamento descontrolado, acelerando na direção do seu colapso (Chaney, 2017).

perfaz a etapa mais avançada dos funis de radicalização (Coensel, 2018), sendo também observada em muitos dos ataques em escolas (inclusive no Brasil), em seitas suicidárias e no próprio fascismo histórico (Safatle, 2020).

Em suma, no bolsonarismo e em outros segmentos políticos da extrema direita global, a conjuntura paradoxal de crise permanente enseja disposições preemptivas de guerra que perpassam camadas tanto políticas (ocupação dos sistemas eleitorais) quanto metapolíticas (corrosão por dentro da democracia, radicalização, “escapes” de violência física offline etc.). Mas esta não é a única reação possível a esse tipo de conjuntura à direita do espectro (meta) político. A sessão a seguir conclui explorando uma outra possibilidade, mais influente no caso estadunidense, mas com impactos potenciais sobre o Brasil, encapsulada no chamado movimento neoreacionário (NRx). Aqui, mais do que “salvar” a democracia, trata-se de preparar-se para seu inevitável colapso, acelerando a crise rumo a um futuro que já aconteceu, e que é utópico para poucos e distópico para muitos.

3. Inevitabilidade do colapso e aceleração ao fim do mundo

Num ensaio recente, Klein e Tray (2025) caracterizaram a extrema direita no segundo ciclo do governo Trump como um tipo de fascismo do “fim dos tempos”. Nessa perspectiva, as ações e estratégias do presidente estadunidense e seus aliados podem ser entendidas como preparação para o “fim do mundo”, ou mais precisamente, para o colapso do atual sistema democrático e do alinhamento geopolítico que sustentou a hegemonia imperial dos EUA a partir do pós-guerra. Com efeito, horizontes apocalípticos permeiam diversos segmentos da extrema direita, dos cristãos aos libertários, encontrando manifestações mais extremas nos movimentos *prepper* ou sobrevivencialista⁷ e em teologias exclusionistas no cristianismo evangélico (Connolly, 2021). Horizontes apocalípticos também podem ser encontrados organizando visões de futuro no restante do espectro político, na forma, por exemplo, das mudanças climáticas e das próprias ameaças à democracia (Danowski e Castro, 2017).

A perspectiva de que caminhamos rumo ao colapso do mundo tal qual o conhecemos hoje parece ser uma tendência geral do espírito da época que Kornbluh (2023) chamou, de forma espirituosa mas precisa, de *too late capitalism*. Entre as reações possíveis a essa conjuntura há uma corrente político-filosófica que propõe não desacelerar ou impedir o colapso, nem apenas se preparar para sobreviver a ele, mas acelerá-lo. Essa corrente, conhecida como aceleracionismo, tem convergido cada vez mais com a extrema direita trumpista, com consequências que já se fazem sentir no Brasil e em outras partes do mundo através das guerras de tarifas e reavivamento das intenções imperiais dos EUA sobre a América Latina e territórios adjacentes, como a Groenlândia (Klein e Tray, 2025).

Enquanto nos públicos extremos trazidos na seção anterior há uma gestão preemptiva da atmosfera de ameaça, ocasionalmente se desdobrando em trajetórias de radicalização que podem chegar a extremos de violência, nas ideologias aceleracionistas a única forma de superar a crise é atravessando-a por dentro. Entre as diversas linhas do aceleracionismo, tanto à direita

⁷ Os *preppers* ou sobrevivencialistas se preparam de forma literal para um evento apocalíptico, estocando alimentos e outros recursos e desenvolvendo habilidades pós-apocalípticas de sobrevivência e auto-defesa, inclusive contra os “não-preparados”.

quanto à esquerda do espectro político (Gonçalves e Marques 2021; Mackay e Avanesian, 2019), enfocarei aqui a variante dominante na cultura dos altos executivos do Vale do Silício, conhecida como neoreacionarismo, ou NRx.

Muito associado aos escritos dos anos 1990 e 2000 do filósofo britânico Nick Land e do blogueiro Mencius Moldbug (nome fictício do engenheiro de software Curtis Yarvin), o neoreacionarismo ou *Dark Enlightenment* (Land, 2023) parte de um diagnóstico de exaustão histórica tanto da modernidade iluminista quanto do estado-nação democrático. No seu lugar, preveem o estabelecimento de unidades políticas menores e autônomas, governadas de forma soberana e privada por indivíduos que seriam híbridos de CEOs e monarcas. Na utopia neoreacionária, todo o aparato institucional construído em torno da democracia representativa se tornaria obsoleto e desnecessário. Indivíduos e famílias não atuariam como cidadãos mas como consumidores, fazendo suas escolhas num livre mercado de governos por aquela corporação que mais lhes agradasse (Smith e Burrows, 2021). O caminho para esse futuro é acelerar o colapso da democracia: um imperativo que converge com o modus operandi da indústria tech que Mark Zuckerberg notoriamente expressou como *move fast and break things* (se mova rápido e quebre coisas).

Até relativamente pouco tempo, as visões neoreacionárias eram ideologias de nicho, consideradas bizarras e limítrofes por quem as via de fora. Nos últimos anos, elas foram passando das margens ao centro da cultura do Vale do Silício e, com a ascensão do trumpismo, para o próprio centro do poder estadunidense. Um protagonista chave desse movimento é o investidor e bilionário Peter Thiel, um dos fundadores de PayPal, Palantir e outras empresas, e primeiro investidor anjo do Facebook. Thiel tem protagonizado e apoiado a construção de uma teoria social neoreacionária aplicada a ações e projetos concretos na indústria tech (Smith e Burrows, 2021). O investimento crucial que transformou a startup de Zuckerberg numa empresa viável, por exemplo, foi inspirado pela teoria mimética de René Girard, trabalhada em um simpósio evocativamente chamado “Política e Apocalipse” realizado na Universidade de Stanford em 2004 (Shullenberger, 2016).

Thiel sempre foi claro sobre sua visão depreciativa da democracia e sobre o papel da tecnologia na sua inevitável substituição. A uma plateia de pares no evento “Liberaltopia” em 2010, declarou que

Nós nunca venceríamos uma eleição para implementar certas pautas porque somos uma pequena minoria. Mas talvez seja possível mudar unilateralmente o mundo, sem ter que ficar tentando convencer as pessoas, implorando para pessoas que nunca concordariam conosco, através de meios tecnológicos. É por isso que a tecnologia é essa alternativa formidável à política (Morrow, 2022).

Embora tenha uma origem autônoma, o neoreacionarismo converge com o movimento MAGA e a extrema direita trumpista em torno dos mesmos inimigos comuns: tanto a democracia quanto seus principais mediadores, que Yarvin agrega na ideia de “Catedral”. Esse termo se refere principalmente às universidades e à mídia profissional, além do corpo técnico do Estado administrativo. Na visão neoreacionária, esses mediadores são obsoletos e corruptos, devendo ser substituídos por novas estruturas de base privada e tecnológica - num processo que não apenas defendem programaticamente, mas tem avançado concretamente (Smith e Burrows, 2021).

Thiel, por exemplo, financia desde 2010 uma bolsa de estudos “invertida” que visa retirar estudantes das universidades e os levar para empresas - consideradas o ambiente apropriado para desenvolver pesquisas de fato úteis. As plataformas devem substituir não apenas os sistemas de mídia preexistentes, mas passar a mediar todas as atividades humanas - um processo que já se encontra em estágio avançado no Brasil e em outros países. As engrenagens públicas do Estado democrático de direito devem ser desfeitas, através do que Yarvin chamou de RAGE: *retire all government employees* (aposentem todos os funcionários públicos). Na utopia neoreacionária, tais engrenagens seriam substituídas pela gestão autocrática característica dos grandes monopólios do Vale do Silício e por ferramentas de Inteligência Artificial. Criptomoedas, contratos inteligentes e outras soluções baseadas em blockchain formariam a base de um novo sistema financeiro “liberto” das amarras burocráticas do Estado e do sistema financeiro convencional (Golumbia, 2016). De forma mais extrema, a proposta dos estados-rede (*network states*) de Balaji Srinivasan prevê o estabelecimento de enclaves territoriais privados que obteriam reconhecimento diplomático para operarem de modo soberano fora não apenas do sistema democrático, mas da própria lógica pública do estado-nação (Garrod, 2024).

A ideologia neoreacionária conta, portanto, com o colapso da democracia, que vê como inevitável, e se fundamenta numa experiência da temporalidade que converge fortemente com a dinâmica de crise permanente, desdobrada na seção anterior. Essa temporalidade tem sustentado uma “máquina de ressonância” (Connolly, 2021) capaz de agregar no mesmo campo político segmentos aparentemente tão díspares como cristãos fundamentalistas e executivos da tecnologia ateus. Trata-se, em todos os casos, de uma percepção não-linear e recursiva do tempo, segundo a qual o futuro não é o desdobramento de eventos do presente, que por sua vez seria um desdobramento de eventos do passado. Como na Segunda Vinda de Cristo, o futuro dos neoreacionários *já aconteceu*, e o que vemos hoje são sinais desse futuro fazendo seu “download” no presente, nos arrastando na sua direção. No lugar do Apocalipse bíblico, a imagem neoreacionária desse futuro gira em torno de uma Inteligência Artificial Geral (AGI) que teria adquirido “singularidade”, ou uma consciência superior que tornaria as máquinas cibernéticas autônomas com relação à humanidade, trazendo riscos existenciais a esta (Hao, 2025; Becker, 2025).

A semelhança com o roteiro de filmes como os da franquia *O Exterminador do Futuro*, em que uma IA chamada Skynet adquire consciência e extermina quase toda a população do planeta num apocalipse nuclear, não é coincidência. Cenários de ficção científica sempre foram fonte primordial de inspiração e especulação nas diversas vertentes do aceleracionismo, assim como na própria indústria de tecnologia (Fisher, 2019). Referências a *red pill* de *Matrix* e a palantir de *Senhor dos Anéis* são abundantes nos mundos neoreacionários. Elas subjazem boa parte do que Torres e Gebru (2024) identificaram através da sigla TESCREAL: um feixe de visões sobre o futuro influente no Vale do Silício consistindo em transumanismo, extropianismo, singularitarismo, cosmismo, racionalismo, altruísmo efetivo e longoprazismo.

Embora pareça fantástica, essa constelação tem justificado muitos investimentos e projetos, tanto extravagantes quanto improváveis, em busca da Inteligência Artificial Geral, da colonização do espaço, da extensão da vida humana e até mesmo da imortalidade tecnologicamente viabilizada (Torres e Gebru, 2024; Becker, 2025; Hao, 2025). Sua lógica também é preemptiva, uma vez que essas iniciativas são vendidas como soluções para ameaças existenciais que, embora sentidas no presente, se encontram no futuro. Vemos aqui também a

lógica condicional do ontopoder de Massumi (2015): na prática, muitos desses projetos estão produzindo as próprias realidades destrutivas que eles pretendem impedir, como a exaustão de recursos naturais e obsolescência do trabalho humano, especialmente de base criativa.

Enquanto essas visões são vendidas para o público externo como um futuro de abundância para todos oferecido pelo avanço tecnológico, na prática e internamente elas conformam visões oligárquicas (Becker, 2025) e, segundo Torres e Gebru (2024), eugenistas. Com efeito, o tema da eugenia tem sido recuperado por estudiosos do neoliberalismo, como Slobodian (2025), que buscam lançar luz sobre a reconfiguração das relações entre economia e política que emerge “nas ruínas do neoliberalismo” (Brown, 2019) - na esteira da crise financeira de 2008, e, acrescentaria, da plataformização da internet, da mesma época. No seu último livro, Slobodian (2025) reposiciona a eugenia como um dos eixos organizadores dessa nova conjuntura (pós) neoliberal, quando gramáticas eugenistas emergem como fonte de ressonância sutil, mas crucial entre segmentos da extrema direita que extrapolam o supremacismo racial propriamente dito, como os movimentos antivacina, comunidades misóginas, etnonacionalistas e libertárias.

Do ponto de vista ecológico adotado aqui, a prevalência de visões de base eugenista na atual conjuntura também pode ser entendida como parte da resposta à temporalidade de crise irreversível. Essa gramática comum atravessa a ideologia neoreacionária, os roteiros de ficção científica e as teologias evangélicas pós-milenaristas que buscam acelerar a Segunda Vinda de Cristo - e não por acaso, essas forças têm se aproximado durante o segundo governo Trump (Butler, 2025). Assim como, na sequência de *O Exterminador do Futuro*, a personagem Sarah Connor adverte aos que insistem em mantê-la internada: “Vocês já estão mortos!”, é a certeza de um futuro apocalíptico onde poucos sobreviverão que justificaria o “deixar morrer” no presente.

No mesmo sentido, a teologia do arrebatamento (*rapture*) prevê que apenas os cristãos devotos serão levados ao encontro do Jesus retornado - uma visão popular nos EUA, que extrapolou as igrejas através da série blockbuster de livros e filmes, chamada *Left Behind*, ou “deixados para trás” (Connolly, 2021). Na versão neoreacionária, o mesmo roteiro se desdobra através do colapso da democracia e de suas políticas de direitos universais, inclusivos e igualitários - que, inevitavelmente, também deixará boa parte da população “para trás”. Os sobreviventes serão os “preparados” que não apenas reconhecem esse futuro no presente, como estão acelerando sua chegada: bilionários e seus agregados, encastelados nos seus bunkers de luxo, colônias em Marte e enclaves territoriais garantidos por formas privadas de soberania (Klein e Tray, 2025).

Trata-se de uma mentalidade que aceita o sofrimento e a morte de muitos não apenas por serem inevitáveis, mas por serem justos, pois fundamentados numa suposta ordem natural das coisas. Sua base no senso comum é a naturalização da desigualdade em todo seu espectro de expressões: raciais, capacitistas, religiosas, de gênero, classe, inteligência, etc (Cesarino, 2024a). A gramática eugenista é por vezes mascarada, como nos movimentos antivacina que sacrificam os mais “fracos” no altar da imunização “natural”. Ela se torna mais explícita em linhas como o transumanismo (melhoramento da espécie por vias tecnológicas) (Torres e Gebru, 2024) e a obsessão pós-neoliberal com Q.I. e afluência econômica enquanto métricas de superioridade natural daqueles que conseguem prosperar no capitalismo contemporâneo (Slobodian, 2025), notadamente por vias especulativas e rentistas, mas também antiéticas, ilegais e ocul(tis)tas.

A outra face da distopia apocalíptica que justifica a desigualdade e a eugenia é, portanto, a utopia dos “escolhidos” que sobreviverão num mundo pós-democrático repurificado. Daí a intenção de acelerar o processo para sair vencedor do outro lado, onde o centro do poder social será enfim restituído aos seus reais merecedores: as elites tecnológicas. Se, para os neoreacionários, esse futuro já aconteceu, então é preciso eliminar, no presente, aquilo que estaria bloqueando a sua chegada. Os problemas envolvidos na atual crise da democracia - desinformação, conspiracionismo, radicalização, polarização afetiva - são sinais desse futuro chegando, e portanto não devem ser nem enfrentados, nem contidos. Pelo contrário, a crise deve ser apressada, e a atual corrida global pela Inteligência Artificial parece constituir a principal frente emergente dessa aceleração.

Como mostrou Hao (2025), executivos da OpenAI e de outras empresas do setor oscilam entre visões catastrofistas (*doomers*) e utópicas (*boomers*) sobre o futuro da IA. Ambas as posições se baseiam numa crença - segundo ela, “semi-religiosa”, pois desprovida de base factual - na iminência do desenvolvimento de uma AGI próxima da singularidade prevista pelo aceleracionismo neoreacionário. Além de oferecer um diversionismo para os efeitos nocivos dos modelos de IA que já se encontram ativos entre nós, essa visão fundamenta um imperativo de crescimento dessa indústria a qualquer custo. É como se os recursos comuns de terras, água, minerais raros devessem ser colocados a serviço daquele futuro que já aconteceu: para alimentar de modo hipersticional⁸ uma “Skynet” que só existe na fantasia neoreacionária (Becker, 2025).

Conclusão

O mapeamento das respostas à direita do espectro político à temporalidade de crise irreversível realizado neste artigo buscou lançar luz sobre o caráter metapolítico da relação entre tecnologia e democracia na atualidade. A visão de futuro neoreacionária, a corrida pelas IAs e a lógica preemptiva do golpismo bolsonarista manifestam, ainda, uma última dimensão dessa resposta: oneocolonialismo que une a indústria de tecnologia e a extrema direita trumpista, bem como sua versão nacional, a subserviência bolsonarista aos desígnios imperiais estadunidenses. Tanto a construção de estados-rede, “cidades livres” e afins, quanto os data centers e demais infraestruturas necessárias à corrida global pelas IAs, envolvem diferentes níveis de apropriação privada de territórios do sul global. Diante do que foi exposto aqui, essa apropriação pode ser entendida não apenas como aceleração ao fim da democracia, mas como preparação para o mundo após o seu colapso. Não há, na ideologia neoreacionária, lugar para a autodeterminação dos povos do sul global - que, com a possível exceção da China, não são vistos por seus artífices como merecedores de tantos recursos e riquezas naturais. Assim, no Brasil e no restante do mundo pós-colonial, a defesa política da democracia passa a exigir, necessariamente, a viabilização de infraestruturas técnicas soberanas: a única metapolítica capaz de garantir um futuro que não deixe ninguém para trás.

⁸ Como o “ontopoder” de Massumi (2015), a hiperstição de Land também descreve um processo pelo qual realidades são ativamente criadas enquanto profecias auto-cumpridas em conjunturas de crise (Mackay e Avanessian, 2019).

Referências

BATESON, Gregory. **Rumo a uma ecologia da mente**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2025.

BRATTON, Benjamin H. **The Stack: On Software and Sovereignty**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BUTLER, Kiera. To understand JD Vance, you need to meet the “TheoBros”. **Mother Jones**, nov.-dez., 2025.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530–557, 19 dez. 2019.

CESARINO, Letícia. How social media affords populist politics: remarks on liminality based on the Brazilian case. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 1, p. 404–427, 22 maio 2020.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CESARINO, Letícia. Dez teses (e três oportunidades) sobre a extrema direita no Brasil. In: BRITO, Adriane; REIS, Luciana (Orgs.). **Direitas, radicalismos e as disputas pela linguagem de direitos no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, 2024a. p. 210–231.

CESARINO, Letícia. New Media’s Conspiratorial Affordances: An Ecology of Mind Approach. In: BUTTER, Michael; KNAPPMANN, Peter; KNÜPFER, Carsten (Orgs.). **Populism and Conspiracy Theory: Case Studies and Theoretical Perspectives**. New York: Routledge, 2024b. p. 308–322.

CHANEY, Anthony. **Runaway: Gregory Bateson, the Double Bind, and the Rise of Ecological Consciousness**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017.

CHUN, Wendy Hui Kyong. Crisis, Crisis, Crisis, or Sovereignty and Networks. **Theory, Culture & Society**, v. 28, n. 6, p. 91–112, 2011.

CHUN, Wendy Hui Kyong. **Updating to Remain the Same: Habitual New Media**. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.

CHUN, Wendy Hui Kyong. **Discriminating Data: Correlation, Neighborhoods, and the New Politics of Recognition**. Cambridge, MA: MIT Press, 2021.

COENSEL, Sam David. Processual Models of Radicalization into Terrorism: A Best Fit Framework Synthesis. **Journal for Deradicalization**, n. 17, p. 89–127, 2018.

CONNOLLY, William E. A máquina de ressonância evangélica-capitalista. **Labemus - Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social**, 2021. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2021/04/05/a-maquina-de-ressonancia-evangelica-capitalista-por-william-e-connelly/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro; São Paulo: Cultura e Barbárie; ISA, 2017.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FISHER, Mark. Terminator vs Avatar. In: MACKAY, Robin; AVANESSIAN, Armen (Eds.). **#Accelerate: The Accelerationist Reader**. 3. ed. Falmouth: Urbanomic, 2019. p. 335–346.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GARROD, Joel. “If the news is fake, imagine history”: The network state and the second bourgeois revolution. **Progress in Economic Geography**, v. 2, n. 2, p. 100029, 1 dez. 2024.

GEBRU, Timnit; TORRES, Émile P. N. S. The TESCREAL bundle: eugenics and the promise of utopia through artificial general intelligence. **First Monday**, v. 29, p. 1–42, 14 abr. 2024.

GOLDENWEISER, Alexander. Loose ends of a theory on the individual pattern and involution in primitive society. In: LOWIE, Robert (Ed.). **Essays in Anthropology Presented to A. L. Kroeber**. Berkeley: University of California Press, 1936. p. 99–104.

GOLUMBIA, David. **The Politics of Bitcoin: Software as Right-Wing Extremism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

GONÇALVES, Rodrigo; MARQUES, Victor. Por uma política orientada ao futuro: a provocação filosófica e estratégica do “aceleracionismo de esquerda”. **Das Questões**, v. 12, n. 1, p. 371–412, 20 jun. 2021.

HAO, Karen. **Empire of AI: dreams and nightmares in Sam Altman’s OpenAI**. New York: Penguin Press, 2025.

HINE, Christine; PARREIRAS, Carolina; LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 29, n. 2, p. e181370, 31 dez. 2020.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2024.

IYENGAR, Shanto; SIROTA, Nathaniel; VALENZUELA, Sebastián; ZHANG, Yphtach; WELLS, Chris. The origins and consequences of affective polarization in the United States. **Annual Review of Political Science**, v. 22, n. 1, p. 129–146, 2019.

KLEIN, Naomi; TAYLOR, Astra. The rise of end times fascism. **The Guardian**, 13 abr. 2025.

KORNBLUH, Anna. **Immediacy, or the Style of Too Late Capitalism**. London; New York: Verso, 2023.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAND, Nick. **The Dark Enlightenment**. Perth: Imperium Press, 2023.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MACKAY, Robin; AVANESSIAN, Armen (Orgs.). **#Accelerate: The Accelerationist Reader**. Falmouth: Urbanomic, 2019.

MARWICK, Alice Emily; BOYD, Danah Michele. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. **New Media & Society**, v. 13, n. 1, p. 114–133, 1 fev. 2011.

MASSUMI, Brian. **Ontopower: War, Powers, and the State of Perception**. Durham: Duke University Press, 2015.

MASSUMI, Brian. Preemption today. **Theory & Event**, v. 28, n. 2, p. 160–174, 2025.

MORROW, Sean. Peter Thiel: The billionaire buying the end of democracy. **More Perfect Union**, 14 nov. 2022. Disponível em: <https://perfectunion.us/peter-thiel-the-billionaire-buying-the-end-of-democracy/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.

ODILLA, Fernanda. “Boom-and-burst”: Linking online and offline elements of right-wing “patriotic” camps in Brazil. **Social Media + Society**, v. 11, n. 2, p. 20563051251343866, 1 abr. 2025.

PAPACHARISSI, Zizi. **Affective Publics: Sentiment, Technology, and Politics**. Oxford; New York, NY: Oxford University Press, 2014.

REINHARDT, Bruno; CESARINO, Letícia. Fascismo atmosférico: o bolsonarismo como cronopolítica. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 56, n. 2, 2024.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. **n-1 edições**, 2020. Disponível em: <http://www.n-1edicoes.org/textos/23>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SHULLENBERGER, Geoff. Mimesis, violence, and Facebook: Peter Thiel’s French connection. **Cyborgology**, 13 ago. 2016. Disponível em: <https://thesocietypages.org/cyborgology/2016/08/13/mimesis-violence-and-facebook-peter-thiels-french-connection-full-essay/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

SLOBODIAN, Quinn. **Hayek’s Bastards: Race, Gold, IQ, and the Capitalism of the Far Right**. Brooklyn, New York: Zone Books, 2025.

SMITH, Harrison; BURROWS, Roger. Software, sovereignty and the post-neoliberal politics of exit. **Theory, Culture & Society**, v. 38, n. 6, p. 143–166, 1 nov. 2021.

THEOCHARIS, Yannis; ZURBAGGIO, Marco; et al. Does the platform matter? Social media and COVID-19 conspiracy theory beliefs in 17 countries. **New Media & Society**, p. 14614448211045666, 9 out. 2021.

TURNER, Victor W. **Processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

WIENER, Norbert. **Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2017.

WINNER, Langdon. Artefatos têm política? **Analytica - Revista de Filosofia**, v. 21, n. 2, p. 195–218, 2017.

WU, Tim. **The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads**. New York: Knopf Publishing Group, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Recebimento: 26/7/ 2025

Avaliação: 5/8/2025

Aceite: 19/8/2025



www.revistabrasileiradeestudoscts.com

Essa publicação é exclusiva da Rev. Bras. Est. CTS.
A tradução e a revisão dos textos submetidos
são de inteira responsabilidade dos autores e co-autores.

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da
Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



**Revista Brasileira
de Estudos CTS**

Mantenedora

